

RESISTÊNCIA NA ‘SOCIEDADE DE CONTROLE’: JORNALISMO ALTERNATIVO E NOVAS LINGUAGENS

Resistance in the ‘society of control’: alternative journalism and new languages

Resistencia en la ‘sociedad de control’: periodismo alternativo y nuevos lenguajes

Marcos Paulo da Silva

Professor do Curso de Jornalismo e do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com estágio doutoral na Newhouse School of Public Communication – Syracuse University (Syracuse, New York, Estados Unidos).
E-mail: marcos.paulo@ufms.br

Thiago Pinto de Andrade

Mestrando em Comunicação/UFMS e bolsista CAPES, graduado em Jornalismo pela Universidade Católica Dom Bosco.

E-mail: thiagoandrade.jor@gmail.com

Resumo

A internet favoreceu o uso de novas linguagens na produção jornalística e permitiu que veículos de jornalismo alternativo tivessem maior alcance. O presente artigo analisa as reportagens “Meninas em jogo”, da *Agência Pública*; e “Moendo gente”, da ONG *Repórter Brasil*, com o objetivo de demonstrar maneiras distintas do uso da tecnologia na narrativa jornalística, sobretudo naqueles veículos que buscam resistir à hegemonia vigente na “sociedade de controle” (DELEUZE, 2013).

Palavras-chave: Jornalismo alternativo. Hegemonia. Resistência. Novas linguagens. Narrativas contemporâneas.

Abstract

The Internet has encouraged the use of new languages in journalistic production and allowed alternative journalism to have a longer range. This article analyses the reports “Girls at play”, published by the Public Agency; and “Grindin’ people”, from the NGO Reporter Brazil, aiming to demonstrate different ways of using the technology in the journalistic narrative, especially in those vehicles that seek to resist hegemony under the “society of control” (DELEUZE, 2013).

Keywords: Alternative Journalism. Hegemony. Resistance. New languages. Contemporary narratives.

Resumen

La Internet ha fomentado el uso de nuevos lenguajes en la producción periodística y ha permitido que el periodismo alternativo tuviera mayor alcance. Este artículo analiza los informes “Chicas en juego”, publicado por la Agencia Pública; y “Moliendo la gente”, de la ONG Repórter Brasil, con el objetivo de demostrar diferentes maneras de utilizar la tecnología en la narrativa periodística, especialmente en aquellos vehículos que intentan resistir hegemonía vigente en la “sociedad de control” (DELEUZE, 2013).

Palabras-clave: Periodismo alternativo. Hegemonía. Resistencia. Nuevos lenguajes. Narrativas contemporáneas.

Introdução

Onde há opressão, há resistência. Essa é uma das lições originadas na teoria política contemporânea (POGREBINSCHI, 2004) e explicita uma questão que perpassa, entre outras áreas, a comunicação e o jornalismo. Diante dos discursos oficiais e hegemônicos, controlados por aqueles que detêm o poder, cabe ao jornalismo alternativo desafiar e combater as versões “imparciais” apresentadas pelos meios de comunicação tradicionais (MENEZES, 2010). À diferença destes, o jornalismo alternativo se define por “ter um posicionamento ideológico explícito” (MENEZES, 2010, p. 61).

Isso pode ser percebido como característica constitutiva dos exemplos que compõem o recorte empírico deste estudo, isto é, os veículos da ONG *Repórter Brasil*¹ e *Agência Pública*². O fato de ambos os veículos terem surgido no ambiente on-line é bastante relevante para a compreensão do trabalho que vem sendo produzido, pois percebe-se a exploração de recursos multimídia, transmídia, interativos e hipertextuais.

Neste artigo, serão analisados dois produtos concebidos pelas instituições citadas: a reportagem em história em quadrinhos (HQ) “Meninas em jogo”, produzida no primeiro semestre de 2014 pela *Agência Pública*, que explora as consequências da Copa do Mundo sobre a exploração sexual infantil; e a reportagem transmídia “Moendo gente”, de 2012, que seguiu o lançamento do documentário “Carne osso – O trabalho em frigoríficos”. A investigação da *Repórter Brasil* apresentou as condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores de três grandes empresas frigoríficas: *Brasil Foods*, *JBS* e *Marfrig*.

O uso da tecnologia e de novas linguagens adaptadas ao jornalismo oferece meios para a expansão da própria linguagem jornalística. De acordo com Levy (1999, p.203), “o ciberespaço é justamente uma alternativa para as mídias de massa clássicas”. Logo, a apropriação do espaço digital por meios não-hegemônicos pode ser feita de maneira a expandir as capacidades narrativas do jornalismo tradicional.

Da contra-informação ao jornalismo de resistência

Historicamente, a imprensa alternativa despontou em momentos nos quais a liberdade fora cerceada de alguma maneira. Entre inúmeros exemplos, podem ser citados jornais editados durante a ditadura militar, como *Movimento*, de São Paulo, *Opinião*, do Rio de Janeiro, *Resistência*, de Belém, entre outros (MENEZES, 2010). Em cada um desses exemplos, a linha editorial que se posicionava contra o regime estabelecido no Brasil era bastante clara aos leitores. Contudo, a realidade brasileira contemporânea não é a mesma do regime ditatorial que perdurou até 1985, quando havia polarização clara entre setores sociais. Ainda assim, o jornalismo alternativo permanece ativo e compreendê-lo também é uma maneira de defini-lo.

Retomando a noção oferecida por Menezes (2010), de que os veículos de mídia alternativa se configuram por explicitar seu posicionamento ideológico, caracterizando-se pela contestação do *status quo*, é possível fazer aproximações com a noção de “contra-informação”, utilizada por Ciro Marcondes Filho para entender os meios de comunicação que desafiam o jornalismo hegemônico. Define o autor:

A atividade de fornecer informações de natureza distinta, às vezes oposta às informações dos grandes veículos estabelecidos de comunicação, e proporcionar outra interpretação dos fenômenos políticos e sociais, uma interpretação voltada para os interesses dos grupos dominados da sociedade (MARCONDES FILHO, 2005, p. 81).

Ao desafiar os discursos tradicionais, o jornalismo alternativo cria relações diretas com a democracia, abrindo espaço para a pluralidade de vozes na esfera pública. A partir dessas relações, torna-se possível construir novos espaços de debate e pensamento, onde o diálogo é aberto a outros pontos de vista. Segundo Oliveira (2009), esta é uma das funções da imprensa alternativa, que pode ser descrita como:

Práticas e experiências jornalísticas que, ao perceberem das insuficiências de exercer a atividade dentro destas premissas do espírito moderno — particularmente nos valores éticos — em função de poderes discricionários, autoritarismo interno nos

1 Ver: www.reporterbrasil.org.br.

2 Ver: www.apublica.org.

sistemas de comunicação, entre outros, buscaram resgatar este “espírito” em outros espaços (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

As reflexões de Traquina tornam o debate ainda mais complexo. O autor questiona: “O jornalismo é apenas um espaço fechado de reprodução ideológica do sistema dominante, ou pode ser um espaço aberto a todos os agentes sociais na luta política e social?” (TRAQUINA, 2002, p. 25). A pergunta abre espaço para que o jornalismo alternativo seja analisado a partir de seu papel de resistência em meio aos conflitos sociais que perspassam a comunicação. Mas a que se resiste?

Para Schwaab et al. (2013, p. 03), as forças do mercado capitalista criaram um novo polo hegemônico: “O desconforto que hoje resulta no aparecimento de mídias alternativas se deve à força crescente do mercado, afetando, inclusive, os modos de fazer jornalismo”.

Essa realidade de opressão criada pelo mercado ecoa nas análises propostas por Gilles Deleuze (2013, p. 228), naquilo que ele definiu como “sociedade de controle”. Segundo o pensador francês, “o controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado”. Trata-se de uma mudança de paradigma que acontece em meados do século XX. Nesse cenário, a mídia alternativa passa a ser uma “forma de crítica ao projeto hegemônico que normalmente aglutina meios tradicionais” (DELEUZE, 2013, p. 03).

Cabe aqui uma análise do conceito de hegemonia, que encontra bases na obra do italiano Antonio Gramsci³. Para Gramsci (2000), o conceito define a capacidade de uma classe manter sua dominação, não apenas por meio da força, mas também exercendo a liderança intelectual e moral sobre uma variedade de aliados unificados. Segundo

Downing (2004), os meios de comunicação foram essenciais para o capitalismo manter e organizar sua liderança. Gramsci (2000, p. 48) ainda pontua que “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.

A “sociedade de controle” é hegemonicamente capitalista. No entanto, de acordo com Deleuze (2013), o lucro é gerado de uma nova maneira, naquilo que pode ser definido como capitalismo de sobreprodução. Este é definido como uma ordem econômica que “não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços e o que quer comprar são ações” (DELEUZE, 2013, p. 227-228). Aqui, máquinas de informática e computadores são as responsáveis por mediar todas as operações e o controle se reflete na tecnologia e comunicação.

A partir de meios de comunicação hegemônicos, o controle é perpetuado, assim como os modos de vida em que a opressão e as diferenças sociais se tornam práticas cotidianas. Em contrapartida, potencializadas pelo cenário de comunicação digital, iniciativas emergentes como os sites jornalísticos da *Agência Pública* e da organização não-governamental *Repórter Brasil* se firmam como espaços não-hegemônicos, onde a produção de informação visa trazer novas vozes ao plano de debates da esfera pública. Em determinados aspectos, são meios de contra-informação, por ofertarem novas possibilidades de crítica e ação.

A análise de Downing sobre a mídia radical ressalta como o pensador italiano se preocupou com os modos de desafiar o domínio hegemônico. Segundo ele,

A estratégia de Gramsci para resistir ao poder da classe capitalista nas nações em que ele é mais avançado e, por fim, sobrepujá-lo e assim democratizar radicalmente essas nações, baseava-se em sua convicção sobre a necessidade de desafiar e destronar o domínio cultural e a liderança (=hegemonia) de suas classes dominantes com uma visão alternativa coerente e convincente de como a sociedade poderia organizar-se (DOWNING, 2004, p. 47-48).

As escolhas ideológicas de alguns veículos também im-

³ O teórico marxista italiano Antonio Gramsci é considerado o primeiro pensador do século XX a desenvolver de modo específico o conceito de hegemonia. Gramsci é responsável por construir uma produção intelectual num modo bastante peculiar, posição que o diferencia da maior parte dos teóricos de seu tempo. Preso pelo regime fascista na Itália em 1926, ele desenvolve suas observações teórico-conceituais de maneira fragmentária em manuscritos elaborados no interior do cárcere. Entre suas preocupações figuram o entendimento sobre como a classe trabalhadora italiana se organiza num modo não-revolucionário no período posterior à Primeira Guerra Mundial e sobre como a organização desses trabalhadores é anulada pelo Fascismo – debates que colocam em evidência a ideia de dominação hegemônica.

plicam a busca de transformações estéticas no que é produzido enquanto jornalismo. Esses veículos buscam se desprender do modelo de jornalismo que há pelo menos um século é tido como *modus operandi* da produção jornalística (KUNCZIC, 1997). Portanto, as próprias convenções solidificadas na forma de apresentar a informação precisam ser revistas para se determinar como o jornalismo alternativo e de resistência deve se configurar.

Marcado tradicionalmente no plano estético-expressivo pelos paradigmas da objetividade e da imparcialidade, o jornalismo tradicional, no avançar do século XXI, se torna alvo de críticas, sobretudo ao se levar em consideração o pano de fundo de sua criação, ou seja, a influência capitalista e industrial do modelo norte-americano. Para Pereira Júnior (2009, p. 95), por exemplo, o jornalismo “corre o risco de desumanizar a informação, cobrir de cinza um mundo mais rico do que a reportagem, enfim, faria su-por”, além de simplificar o trabalho do jornalista e sua capacidade de debate e interpretação.

Lage (2008), por sua vez, explica que os contextos sócio-históricos de cada época influenciaram as técnicas e a lógica do ofício jornalístico. Apesar desses contextos, não se pode perder de vista aquilo que Kunczik (1997, p. 74) descreve como a função mais básica do jornalismo: “Servir como inspetor geral de todo o sistema político a fim de poder proporcionar a crítica pública necessária para garantir algum grau de integridade política por parte daqueles que detêm o poder”.

Desse modo, o jornalismo alternativo que se propõe a resistir às forças hegemônicas precisa se reinventar. Como afirma Deleuze (2013, p. 150), “toda forma é um composto de forças”. Logo, subverter a estrutura própria da notícia, que se consolidou sob a forma da pirâmide invertida, é também um modo de resistência ao contexto hegemônico em que se dissemina informação.

Máquinas de guerra e novas linguagens

De acordo com a reflexão de Deleuze (2013), a sociedade contemporânea é aquela que opera por controle dos corpos e mentes dos indivíduos, a partir de estratégias hegemônicas nas quais os meios de informação e cultura são centrais.

Portanto, à mídia alternativa cabe também produzir discursos sociais de enfrentamento. O conceito de “máquina de guerra” proposto por Deleuze e Guattari, em *Tratado de Nomadologia*, pode ser caro ao jornalismo alternativo nesse contexto. Os autores afirmam que:

Quanto à máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irreduzível ao aparelho de Estado, exterior à sua soberania, anterior a seu direito: ela vem de outra parte. (...) Seria antes a multiplicidade pura e sem medida, a malta irrupção do efêmero e furor contra a medida, uma celebridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra o aparelho (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p. 08).

Essa metáfora — que nasce da mitologia persa e hindu, a partir de uma tentativa de compreensão do que os autores definem como “pensamento nômade” — é pontuada pela reflexão dialógica empreendida por Deleuze e Guattari sobre as interioridades e exterioridades contemporâneas. Tal “máquina” é aquela que trava uma guerra sem bata-lha, uma guerra de guerrilha, periférica, contra os poderes que se constituem dentro da sociedade de controle: as religiões, os Estados, o capitalismo, a ciência, o direito (DELEUZE, 2013).

Compreendida como uma destas máquinas de guerra necessárias à democracia na sociedade contemporânea, a imprensa alternativa tem de ser capaz de expor as negligências e as falhas do projeto hegemônico constituído pelas classes dominantes. Henrique Antoun (2001) oferece um exemplo do papel da mídia alternativa em que sua função enquanto máquina de guerra é reforçada. Segundo o autor, durante a reunião ministerial da Organização Mundial do Trabalho (OMC), em 1999, a cobertura jornalística deixara de fora qualquer informação referente aos protestos realizados em oposição ao encontro. “Vez em nunca uma pálida alusão, nada que ultrapassasse cinco segundos, aos protestos de grupos que aconteciam em um mundo aparentemente irreal” (ANTOUN, 2001).

Contudo, em meio às movimentações políticas e econômicas que teimavam em ignorar os que estavam do lado de fora do imponente edifício envidraçado, se concretizou o *open-publishing* (IMC), ou Centro de Mídia Independente.

Criado por organizações e ativistas da mídia independente e alternativa, o centro se constituiu como uma rede para a cobertura jornalística dos protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, Estados Unidos.

Não se tratou apenas de uma nova forma de organização. Novos procedimentos foram utilizados, como o conceito de mídia sob demanda – ou seja, a criação de um veículo informativo que atende uma situação específica – e a cobertura minuto a minuto focada em acontecimentos ligados às manifestações. Também se usou um sistema de edição aberta (*open-publishing*), que servia como banco de dados a qualquer jornalista interessado, oferecendo livre acesso a reportagens, áudios, fotos e vídeos. Tudo era disponibilizado no website do IMC, sob o regime de *copyleft* – termo que se contrapõe ao copyright e permite a livre distribuição e veiculação de material.

Veículos de jornalismo independente e alternativo que surgiram nos últimos anos, como é o caso da *Mídia NINJA*, da *Pós-TV* ou da revista digital *Vice* utilizaram procedimentos semelhantes em 2013, durante a cobertura das manifestações e protestos que levaram milhares de pessoas às ruas em diversas cidades brasileiras, no movimento que ficou conhecido como Jornadas de Junho. Para Antoun (2001):

A nova mídia desenvolve sua cobertura como um documentário ficcional cu-jo roteiro vai sendo escrito através das fabulações narradas pelos próprios participantes. Se ela pode abandonar a isenção jornalística e permanecer veraz, deve ser porque sua evidente adesão ao acontecimento se faz para proveito do jornalismo (ANTOUN, 2001, p. 144).

O caso do IMC⁴ é um marco no desenvolvimento da mídia independente e do jornalismo alternativo, por fazer uso de novas estratégias de produção e difusão da informação, mas também por apontar para caminhos ainda pouco explorados naquela época. O uso de hipertextualidade e de interatividade foi utilizado de maneira tímida, porém irrevogável, permitindo que usuários criassem suas próprias narrativas e, organizando-as a partir de *hiperlinks*, tecia-se uma rede textual onde cada ponto dava início a novos enredos.

Além do uso dessas características, as propostas dos sites

da *Agência Pública* e da ONG *Repórter Brasil* exploram outras duas potencialidades dos discursos hi-permidiáticos: a multimídia, no caso da transposição de um texto jornalístico para outra plataforma, as histórias em quadrinhos; e a narrativa transmídia, que é um ponto-chave na relação entre o documentário “Carne Osso – O trabalho em frigoríficos” e a reportagem “Moendo Gente”.

Agência Pública e o jornalismo multimídia

Antes da análise da reportagem em formato de história em quadrinhos “Meninas em jogo” e para situar a *Agência Pública* como forma de jornalismo não-hegemônico, é preciso apresentar um breve histórico. Sem fins lucrativos e financiada por fundações internacionais como a *Ford Foundation* e a *Open Society Foundations*⁵, além de contar com patrocínios específicos para trabalhos especiais, como no caso da recente série *Amazônia Pública*, patrocinada pela *Climate and Land Use Alliance* (Clua), a instituição foi iniciada em março de 2011 pelas jornalistas Marina Amaral e Natalia Viana, que atualmente a dirigem. A ideia surgiu quando elas ainda trabalhavam na revista *Caros Amigos*, periódico que pode ser considerado um exemplo bem-sucedido de jornalismo alternativo.

O projeto das jornalistas pode ser caracterizado como não-hegemônico por ser financiado de maneira diferente de empresas particulares de comunicação, que têm entre suas principais fontes de renda a publicidade, inclusive governamental. Segundo entrevista concedida por Marina Amaral ao site *Knightcenter*⁶, da *University of Texas*, as instituições que auxiliam financeiramente o trabalho da *Agência Pública* não têm ingerência sobre as pautas, assim como a agência também não aceita encomenda de reportagens.

Todo o conteúdo presente no site está licenciado como *Creative Commons*, portanto é permitida sua livre reprodução. No site, são veiculadas reportagens produzidas pela própria

⁵ O financiamento pelas referidas agências internacionais é passível de problematização no que concerne a produção de hegemonia mas, devido às limitações de espaço do artigo, o assunto não será explorado neste momento.

⁶ Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-12948-publicarumo-ao-financiamento-do-jornalismo-investigativo-por-crowdfunding>. Acesso em: 16/06/2014.

⁴ Ver: www.indymedia.org

equipe, assim como a produção de parceiros em trabalhos colaborativos. Um destes parceiros é o Wikileaks. Arquivos vazados pela organização capitaneada por Julian Assange foram publicados em primeira mão no Brasil em razão dos acordos entre as duas instituições.

Especificamente sobre a reportagem “Meninas em Jogo”, lançada em maio de 2014, pode-se afirmar que se tratou de um trabalho pioneiro no jornalismo on-line brasileiro. Embora o jornalismo em HQ tenha expoentes internacionais, como é o caso de Joe Sacco, ainda são poucos os exemplos nacionais. Na reportagem produzida pela Agência Pública, a jornalista Andreia Dip e o quadrinista Alexandre de Maio

abordaram o impacto da Copa do Mundo sobre a exploração sexual infantil em Fortaleza, no Ceará, uma das 12 cidades-sede do mundial de futebol.

Depois de uma entrevista com a advogada Magnólia Said, em março de 2013, denunciando o aliciamento de meninas no interior do Ceará, teve início a pauta. A reportagem foi financiada com o prêmio recebido do VII Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, na Categoria Especial “Violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto da Copa do Mundo de 2014. Durante três meses, mais de 30 pessoas foram entrevistadas e, posteriormente, o resultado pôde ser conferido no site.

Figura 1 – Reprodução da página 22 da reportagem “Meninas em jogo”



Fonte: <http://apublica.org/2014/05/hq-meninas-em-jogo/>

Segundo a jornalista Andreia Dip, em entrevista ao *Knightcenter*⁷, o resultado da investigação foi apresentado em quadrinhos para “ambientar e contextualizar sem expor as meninas, inovar no formato e na linguagem e trazer essa realidade para perto do leitor, porque ele acompanha o processo de apuração, entrevistas e até do encontro com a falta de dados e informações”.

Uma das características presentes na produção jornalística da *Agência Pública* é a utilização de outros formatos narrativos para além de textos, como fotos, vídeo, áudio e infográficos. A isso, seguindo as noções de Gradim (2002), dá-se o nome de jornalismo multimídia, uma das tendências possibilitadas pelo contexto digital e de linguagens. A reunião de elementos “cria um tipo radicalmente novo de jornalismo, o multimídia, que usa uma combinação de textos, fotos, vídeo, áudio, animação e gráficos, apresentados num formato não linear e não redundante” (GRADIM, 2002, p. 7).

A reportagem especial produzida pela *Agência Pública* se relaciona ao conceito de multimídia ao reunir desenho e texto, na linguagem já consagrada das histórias em quadrinhos. A linguagem escolhida para a reportagem também estabelece limites quanto à multimidialidade, portanto, não há uso de áudio ou vídeo. Ainda assim, “Meninas em Jogo” apresenta novas possibilidades para a construção do texto jornalístico, permitindo maior participação dos autores, que expõem seus pontos de vista por meio do uso da primeira pessoa no relato jornalístico. Marcações específicas como o uso de cores nos balões também marcam a especificidade de cada relato e as intervenções dos jornalistas.

Tanto pelo modo como se mantém financeiramente, quanto pelo uso de linguagens que não são comuns na mídia brasileira, a *Agência Pública* se insere no que pode ser definido como jornalismo não-hegemônico. Assim como esta instituição da mídia alternativa contemporânea, a ONG *Repórter Brasil* também demonstra inventividade no uso das novas tecnologias, expandindo as narrativas por meio daquilo que se convencionou chamar de narrativas transmídia.

Repórter Brasil e as narrativas transmídia

Propondo discursos diversos daqueles da mídia tradicional, os veículos alternativos rompem com algumas convenções jornalísticas, abandonando em alguns casos a neutralidade ou objetividade do modelo tradicional de mídia. A utilização da narrativa em primeira pessoa, como no caso da reportagem “Meninas em Jogo”, aponta para essa preocupação com as histórias que são narradas. Outros aspectos presentes em veículos de mídia alternativa são o caráter de denúncia e responsabilidade social partilhada presente nas abordagens e coberturas que são feitas. Mesmo em coberturas de temas abordados pela mídia tradicional, o tratamento discursivo ganha pluralidade a partir de novos olhares.

Em outubro de 2001, um grupo de jornalistas, cientistas sociais e educadores fundou a ONG *Repórter Brasil*, cujo objetivo é identificar, assim como tornar públicas situações que ferem direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. Por meio de projetos especiais e produção de reportagens, investigações jornalísticas, assim como pesquisas e metodologias educacionais, a organização prevê a criação de instrumentos de combate à escravidão contemporânea.

Como a *Agência Pública*, a ONG *Repórter Brasil* não tem fins lucrativos. Seu funcionamento é financiado por meio de doações dedutíveis de imposto de renda de empresas que se solidarizam com o trabalho. Outra opção são as doações de pessoas físicas, possíveis desde 2012. Em ambos os casos, a organização garante que não há interferência no conteúdo editorial ou direcionamentos temáticos. Além disso, a organização disponibiliza em seu site a prestação de contas e o balanço patrimonial anual auditado, como ferramenta de transparência. Também em 2012, a ONG passou a adotar a licença *Creative Commons*.

Repórter Brasil dedica-se a quatro programas centrais: *Agência de Notícias*, *Pesquisa em cadeias produtivas*, *Escravo, nem pensar!* e *Agrocombustíveis e commodities*. A elas soma-se um trabalho de “articulação política para aumentar o impacto das ações dos programas junto ao seu público, ou seja, junto a lideranças sociais, políticas e econômicas”⁸. Presidida por seu criador,

7 Disponível em <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-15624-agencia-publica-lanca-reportagem-em-quadrinhos-com-investigacao-sobre-exploracao-sexua>. Acesso em 20/06/2014.

8 Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/quem-somos>. Acesso em 21/06/2014.

Leonardo Sakamoto, a instituição tem atuado para denunciar usos do trabalho escravo no país e o jornalismo é apenas uma das frentes de ação nesse sentido.

Fruto de dois anos de trabalho de uma equipe multidisciplinar, o documentário “Carne Osso – O trabalho em frigoríficos”, de 2011, apresenta em 65 minutos a realidade dos frigoríficos no Brasil. A investigação apresentou dados sobre os riscos que os trabalhadores encaram, assim como as lesões físicas e psíquicas que os acompanham mesmo depois de deixar de trabalhar nesses ambientes.

“Exposição constante a facas, serras e outros instrumentos cortantes; realização de movimentos repetitivos que podem gerar graves lesões e doenças; pressão psicológica para dar conta do alucinado ritmo de produção; jornadas

exaustivas até mesmo aos sábados; ambiente asfíxiante e, obviamente, frio – muito frio”⁹ foram apresentadas como problemas encontrados nos ambientes de trabalho. O filme circulou o mundo e, além de premiações, também chamou a atenção para a situação dos trabalhadores.

A investigação continuou sendo feita mesmo depois do lançamento do documentário e, em 2012, foi disponibilizada a página on-line “Moendo Gente – As más condições de trabalho nas maiores indústrias brasileiras de carne”¹⁰. A partir de um infográfico, no qual o mapa do Brasil é pon-

9 Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/carneosso/o-filme/>. Acesso em 20/06/2014.

10 Disponível em <http://moendogente.org.br/>. Acesso em 20/06/2014.

Figura 2 – Reprodução da reportagem digital “Moendo Gente”



Fonte: <http://www.moendogente.org.br>

tuado por facas e cada uma delas traz informações recentes sobre problemas em frigoríficos, o leitor pode se aprofundar no tema e atualizar as informações presentes no filme de 2011. A investigação se aprofundou para compreender as condições impostas aos funcionários dos três maiores frigoríficos brasileiros: *Brasil Foods (BRF)*, *JBS* e *Marfrig*.

Mais que utilizar elementos multimídia, a narrativa em “Moendo Gente” e “Carne Osso” se expande em diferentes meios, seguindo aquilo que Jenkins (2008) descreve como:

Uma narrativa transmidiática se desenrola através de múltiplos suportes mí-diáticos, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo. Na forma ideal de narrativa transmidiática, cada meio faz o que faz de melhor (...). Cada acesso à franquia deve ser autônomo, para que não seja necessário ver o filme para gostar do game, e vice-versa. Cada produto determinado é um ponto de acesso à franquia como um todo. (JEN-KINS, 2008, p. 135).

Espalhando, assim, as informações em blocos que podem ser lidos ou visualizados de maneiras diversas e independentes, a mensagem passa a ser construída de maneira interativa pelo receptor, que assume um papel ativo na construção de sentidos. Cabe notar que a reportagem e o documento se configuram na proposta de “mônada aberta”, descrita por Pernisa Júnior e Alves (2009). Segundo eles, cabe a quem faz a re-portagem tentar organizar blocos de informação que contenham o máximo de dados sobre um determinado tema, que faça parte de um assunto mais geral.

Configurando-se ideologicamente como um veículo de jornalismo não-hegemônico, em proximidade com as aceções feitas pela *Agência Pública*, a ONG *Repórter Brasil* também faz opções estéticas para apresentar suas narrativas jornalísticas de modo não convencional. Em outras reportagens, é comum perceber a ausência de lide nos primeiros parágrafos, assim como em outras a voz do narrador é perceptível desde o primeiro instante, não se atendo apenas ao relato ou a descrição, mas abrindo espaço para críticas e questionamentos que visam levar o leitor à reflexão.

Considerações finais

Embora seja um recorte de pesquisa em desenvolvimento, o presente texto apresenta alguns dados que podem nortear a compreensão das novas mídias alternativas e sua relação com características presentes nas tecnologias informacionais oferecidas pela internet. Ao analisar as reportagens especiais produzidas por dois exemplos de jornalismo não-hegemônico, é possível esclarecer que a relação entre jornalismo e resistência se dá não apenas no plano ideológico, mas também no plano estético-expressivo.

A mídia alternativa não é recente, mas enquanto fenômeno presente na sociedade contemporânea, seus alvos de resistência não são os mesmos de décadas passadas. Este jornalismo resiste a algo menos explícito que a regimes ditatoriais. Ele se anuncia contra a própria ordem ideológica do capitalismo que, por um lado, produz inequidades e, por outro, conquista novos adeptos pelas benesses da liberdade de consumo. Inseridos na “sociedade de controle”, conforme descrita por Deleuze (2013), cabe aos veículos encontrar meios de se articular para expor as desigualdades e falhas do sistema.

Tanto a *Agência Pública* quanto a *Repórter Brasil* encontraram formas de se organizar e evitar a reprodução das estruturas tradicionais da mídia privada, que não pode fugir da necessidade de lucro a partir da venda de notícias e informações. As mudanças estruturais e organizacionais destes exemplos também apontam para maior liberdade na construção do material jornalístico, fugindo a regras como a objetividade e o distanciamento.

A discussão em torno de posicionamentos ideológicos dentro do jornalismo, por sinal, extrapolou as fronteiras da mídia alternativa. Como aponta Kunczik (1997), a objetividade vem se tornando um valor jornalístico cada vez mais criticado. Segundo o autor, essa noção tem sido substituída, sobretudo no jornalismo alemão, pelo emprego de conceitos como “neutralidade” ou “parcialidade pluralística”.

Para ambas as instituições analisadas, o cenário digital em que se desenvolveram é marcante e oferece possibilidades que variam de acordo com a criatividade dos profissionais envolvidos. Na reportagem “Meninas em Jogo”, as reflexões da repórter e do quadrinista que produziram o material estão sempre presentes, de modo a humanizar a produção jornalística. O mesmo acontece no documentário “Carne Osso – O trabalho nos frigoríficos”, que também busca a humanização dos personagens. O que se percebe ao final é a

tentativa de superar um dos grandes desafios do jornalismo: o falar com o outro.

Referências

ANTOUN, H. (2001). Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia. In: Revista FAMECOS, nº 16. Porto Alegre: PUCRS.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1997). Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 5. São Paulo: Editora 34.

DELEUZE, G. (2013). Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: Conversações: 1972-1990. 3ª ed. São Paulo: Editora 34.

DOWNING, J. D. H. (2004). Mídia Radical: Rebelia nas comunicações e movimentos sociais. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac.

GRADIM, A. (2002). Os gêneros e a convergência: o jornalista multimídia do século XXI. Covilhã, Portugal: Labcom/UBI. Disponível em: <<http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/02/gradim-anabela-generos-convergencia.pdf>>. Acesso em: 16/06/2014.

GRAMSCI, A. (2000). Cadernos do cárcere, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JENKINS, H. (2008). Cultura da convergência. São Paulo: Aleph.

KUNCZIK, M. (1997). Conceitos de jornalismo – Norte e Sul. São Paulo: Edusp.

LAGE, N. (2008). A reportagem. 7 ed. Rio de Janeiro: Record.

LEVY, P. (1999). Cibercultura. São Paulo: Editora 34.

MARCONDES FILHO, C. (2011) Contracomunicação

oficial e espontânea. In: MARQUES DE MELO, J. Pensamento comunicacional uspiano: impasses mundializados da Escola de Comunicação e Artes (1973-2011), Vol. 2. São Paulo: ECA/USP.

MENEZES, A. S. (2010). Jornalismo de resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela Revista Sem Terra. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

OLIVEIRA, D. de (2009). O jornalismo alternativo na contemporaneidade. In: Apostila I - Curso de difusão cultural em Jornalismo Popular e Alternativo. São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/Apostila_ICursoDifusao.pdf>. Acesso em: 20/06/2014.

PEREIRA JÚNIOR, L. C. (2009). A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa. 2 ed. Petrópolis, RJ : Vozes.

PERNISA JÚNIOR, C. & ALVES, W. (2009). Mônica aberta: verticalidade e horizontalidade no jornalismo na Web. In: Anais – Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro.

POGREBINSCHI, T.. (2004). O direito de resistência na teoria política contemporânea. In: Revista Lugar Comum: Estudos de mídia, cultura e democracia, vol. 19-20. Rio de Janeiro: E-papers.

SCHWAAB, R. ; BARRETO, D. C. ; DIAB, C. R. ; LAGO, F. M. C (2013). Agência Pública e Repórter Brasil: narrativas não-hegemônicas sobre o contemporâneo. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto - MG. Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: ALCAR.

TRAQUINA, N. (2002). Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular.

Outras publicações do autor:

SILVA, Marcos Paulo da (2014). Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade. In: SILVA, Marcos Paulo da; SILVA, Gislene; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. 1ed. Florianópolis (SC): Editora Insular, v. 1, p. 25-38.

SILVA, Marcos Paulo da (2014). Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valo-res-notícia. In: SILVA, Marcos Paulo da; SILVA, Gislene; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. 1ed. Florianópolis (SC): Editora Insular, v. 1, p. 71-83

SILVA, Marcos Paulo da (2014). Significância social como dimensão da noticiabilidade. In: SILVA, Marcos Paulo da; SILVA, Gislene; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. 1ed. Florianópolis (SC): Editora Insular, v. 1, p. 115-135.

SILVA, Marcos Paulo da (2013). As dissonâncias cotidianas nas rotinas dos jornais: o habitus jornalístico e a atribuição de um sentido hegemônico às notícias. Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), v. 10, p. 69-84.

SILVA, Marcos Paulo da (2014). Um novo olhar para uma metáfora clássica - Resenha da obra 'Teoria do Gatekeeping', de Pamela Shoemaker e Tim Vos. Intercom (São Paulo. Impresso), v. 36, p. 349-352.

